

-----**ACTA Nº 19/2009**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 JULHO DE 2009**-----

-----Aos treze dias do mês de Julho de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva, Pedro Pisco dos Santos e Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----Faltou o Senhor Presidente da Câmara por se encontrar de férias, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, que presidiu os trabalhos da presente reunião, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----CONCURSO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente para aprovação e votação do pedido de autorização de despesa, Lançamento de Concurso, Projecto, Programa e Caderno de Encargos para concurso de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento Febo Moniz de Almeirim". O processo encontrava-se para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores. A proposta é a que a seguir se transcreve: " Conjugando o nº 36, o artº 38, o nº 2 do artº 40 do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, com a alínea b) do nº 1 do artº18º do D. L. nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção

introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

----- Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Programa de Procedimento: "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento Febo Moniz de Almeirim."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou: "Que raio de valor é este de concurso, no meu documento tenho dezassete mil e quinhentos euros."-----

-----O Senhor Vice Presidente, depois de confirmar o assunto por telefone, respondeu que é uma gralha.-----

-----A mesma Autarca continuou e disse: "Na primeira página o artigo quarto não tem a alínea e), é uma gralha ou falta aqui alguma coisa no meio."-----

----- Disse que não é referido na proposta, os dias a fornecer refeições e gostaria de saber quantos dias de refeições é por ano lectivo.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse que: "Nós não sabemos quantos dias tem o ano escolar, obviamente enquanto houver aulas há refeições. Tem a ver com o calendário escolar e não com o ano lectivo."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que esta proposta tem um melhoramento em relação às outras, porque tem tipologias de orientação em relação às ementas, e gostaria de saber quem é o autor da proposta.-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que: "Se a proposta está assinada por mim, sou eu que proponho."-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha disse: "O concurso de refeições tem a ver comigo, e foi elaborado de acordo com os critérios necessários para este tipo de fornecimento. Não foi o Vereador Pedro que organizou o concurso. O que se diz por aí é que eu não tenho capacidades para isto, mas não é verdade, eu não vou admitir que mais ninguém me suba para os ombros, não vou admitir porque eu tenho capacidades para desempenhar os meus

pelouros. Se o Senhor Presidente achar que eu não tenho aptidões para desempenhar as minhas funções, que me tire os pelouros."---

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que discorda da entrega do fornecimento de refeições a empresas, no entanto louva o facto de integrar a noção de quantidade e qualidade nutritiva do concurso. E acrescenta: " julgo que teria sido mais fácil contactar com um dietista para tratar deste assunto."-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha disse que este ano o concurso apresenta uma inovação, o facto de se oferecer lanche às crianças, que será ou não pago consoante os rendimentos de cada agregado familiar. Caso seja pago o preço será estipulado em legislação, bem como o valor de cada refeição.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pergunta se a Câmara tem ideia dos custos de tudo o que fica à margem do concurso, tais como: veículos, funcionários, água, gás, e se os carros estão preparados para transportar as refeições. -----

-----A Senhora Vereadora Joana disse que ainda têm que ser avaliados os transportes. -----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que as suas preocupações já foram, porque neste momento o concurso vai permitir servir refeições a pessoas carenciadas. -----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que o concurso deveria proibir a utilização de produtos transgénicos, acrescenta: "Falta critérios para o desempate dos concorrentes."-----

-----Posta a votação a proposta para aprovação e votação do pedido de autorização de despesa, Lançamento de Concurso, Projecto, Programa e Caderno de Encargos para concurso de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento Febo Moniz de Almeirim", foi a mesma aprovada por maioria com cinco votos a favor e o voto contra e de vencido da Senhora Vereadora Manuela Cunha que leu a declaração de voto que abaixo transcrevo, cuja cópia me entregou: ".A CDU vota contra este Caderno de Encargos e Programa de Concurso, porque tal como já o manifestamos por

diversas vezes, somos contra a entrega das confecções das refeições escolares a empresas privadas.-----
-----Nesta matéria, como noutras, a maioria socialista deste Executivo quer aligeirar o seu trabalho, delegando tarefas noutras entidades. Foram as águas e o saneamento, foram os espaços verdes e jardins, são as refeições escolares.-----
-----Para a CDU, numa Autarquia que tem um Presidente e três Vereadores a tempo inteiro, para além de vários assessores, tem de ter algumas tarefas para fazer, para justificar a nomeação e o salário dos que estão a tempo inteiro.-----
-----Por outro lado e se bem que considero que este Programa de Concurso e caderno de Encargos, apresenta algumas melhorias em relação aos anteriores, nomeadamente no que diz respeito à definição e clarificação da quantidade das refeições, tal como propus nos anteriores concursos não vejo que daqui resulte benefícios nem para o serviço prestado às crianças e famílias, nem para os custos a suportar pelo Município.-----
-----Relembro que o Município, para além do valor a pagar à empresa, continuará a suportar os custos com os transportes das refeições (veículos+trabalhadores), os custos de água, gás e electricidade, entre outros, da sua confecção. Custos que não foram avaliados pelos eleitos do PS, tal como se pode verificar na resposta a mim às perguntas. -----
-----Mais, Também é o Município que fornece as instalações e o equipamento para a confecção.-----
-----à empresa só resta mesmo suportar os custos com os empregados que confeccionam e a compra dos alimentos, é pouco.--
-----Por outro lado, o valor base deste concurso é muito elevado em relação aos apresentados anteriormente e não esclarece o número de dias exactos em que serão servidas refeições.-----
-----Por todas estas razões e ainda porque mais uma vez também não fica esclarecida neste CE/PC a fórmula de contagem dos dias em que vão ser servidas as refeições e ainda porque mais uma vez também não fica esclarecido neste CE/PC a fórmula de contagem

dos dias em que vão ser servidas as refeições, votei contra esta proposta."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: " Fazendo fé no caderno de Encargos e nas cláusulas do procedimento, o PSD vota a favor da aquisição dos Serviços de Fornecimento de Refeições às crianças do Agrupamento vertical de Almeirim dado que esta é a melhor solução para resolver o fornecimento das refeições escolares às crianças. Quero também que fique expresso que o PSD tem uma ideia clara sobre esta matéria dado que entende que a Câmara só deve intervir no fornecimento de refeições quando os Agrupamentos e Associações de Pais respectivas, não consigam gerir o processo das refeições às crianças.-----

-----Também contribuiu para votar a favor, o facto das ementas terem uma maior preocupação na qualidade e nas calorias dos alimentos a fornecer às crianças.-----

-----A título de recomendação, que os pais fossem ouvidos na elaboração das refeições dados os hábitos alimentares, e que podem ser articulados com as orientações do Ministério da Educação.-----

-----Considero que nos próximos procedimentos a lançar, o Vereador responsável pela área, deverá anexar a folha de cabimento orçamental."-----

-----O Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor, lamento no entanto que este procedimento não tenha tido lugar há um tempo atrás, dado que estou convicto de que já não há tempo suficiente para que no arranque do ano lectivo, as refeições escolares, estejam já adjudicadas. Reconheço as pretensões da Freguesia de Fazendas de Almeirim e de Benfica do Ribatejo na auto confecção de refeições escolares, penso no entanto que a breve trecho, sobretudo em virtude do protocolo assinado entre a Autarquia e o Ministério da Educação sem qualquer conhecimento e participação dos Senhores Vereadores deste Executivo, que não têm pelouros, terminará a breve trecho, em virtude da falta de pessoal qualificado para o efeito, o que

considero lamentável. Este protocolo vai obrigar o Município ao rácio estabelecido com o Ministério da Educação e a falta de funcionários administrativos, auxiliares e especializados, será a norma dos nossos estabelecimentos de ensino, ficando o odioso da questão (responsabilidades) para o Executivo Municipal que não soube salvaguardar essas situações na assinatura do protocolo que fez de cruz com o único objectivo de agradar à Senhora Ministra da Educação, membro do Governo do Partido Socialista.-----

-----Em resposta à Senhora Vereadora Joana Vidinha, quero só dizer-lhe que não é novidade para mim a forma como os Senhores Vereadores com pelouros desta Câmara são tratados pelo Edil (Presidente da Câmara). Mantê-los na ignorância dos factos, apresentar factos consumados, desprezando completamente os seus Vereadores, é a sua forma de trabalhar, suponho que desde sempre. Só atura isto quem quer. Eu não quis na hora certa."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos disse: " Subscrevo na plenitude as palavras proferidas pelo Senhor Vereador Francisco Maurício relativamente à situação da Senhora Vereadora Joana Batista, de não ter conhecimento do protocolo celebrado entre a Autarquia e o Ministério da Educação, que se calhar nenhum de nós nesta mesa tem conhecimento."-----

-----A Senhora Vereadora Joana Vidinha ditou a seguinte declaração de voto: " Votei favoravelmente a adjudicação das refeições a empresas porque considero e confiando no cumprimento do Caderno de Encargos, estaremos a salvaguardar as nossas crianças, não da alimentação que eles mais gostam, mas de uma alimentação variada e equilibrada.-----

-----Relativamente às ementas focadas por um dos Vereadores, há sempre a preocupação, principalmente nos meios rurais, de se fazer um ajuste a alguns tipos de refeição.-----

-----Quero também salientar que uma das situações que me levou a mim como Vereadora da Educação a pensar que será a melhor hipótese, adjudicar o fornecimento de refeições a uma empresa é porque no ano lectivo anterior, a situação de faltas de pessoal

dos refeitórios foi incalculável e que para mim foram grandes noites sem dormir."-----

-----JÚRI DE PROCEDIMENTOS PARA O CONCURSO DE "FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO FEBO MONIZ DE ALMEIRIM" - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente como segue: "Ao abrigo do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, proponho como membros do "Júri do Procedimento", para o concurso de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para os Alunos das Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento Febo Moniz de Almeirim, os seguintes membros:-----

-----Efectivos: Presidente - Maria Joana Vidinha Batista; Vogal - Maria de Fátima Neves Lopes; Vogal - António Xavier Martins da Rocha Pinto. Suplentes: Luís Alberto Ferreira Leitão; Manuel Caipira."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que este júri não está adaptado ao tipo de concurso que vai avaliar, deveria ter alguém da área económica, do direito e da nutrição. E acrescentou: "Suponho que Engenheiros civis não estão capacitados para avaliar este tipo de concurso."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador do PSD e o voto contra da Senhora Vereadora da CDU, que ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra, por considerar que os elementos propostos para o júri não se adequam ao tipo de concurso que vão avaliar. Estamos perante um concurso de prestação de serviço na área alimentar e dos três elementos permanentes do júri põem-nos dois Engenheiros Civis. É obvio que a minha votação não tem nada de pessoal contra nenhum elemento do júri."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me porque apenas reconheço competências para participar no procedimento, a Senhora

Vereadora Joana Batista. Entendo que na composição do Júri devem integrar para além de um jurista, um profissional relacionado com a área objecto do concurso, o que na maioria dos casos não tem ocorrido."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Considero pertinentes todas as observações feitas pela Senhora Vereadora Manuela Cunha, no entanto reconheço competência ao Senhor Presidente da Câmara para nomear quem muito bem lhe a prover, é por isso que voto a favor."-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NO JÚRI PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE " FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS PARA AS ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO FEBO MONIZ DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente que a seguir se transcreve: "Conjugando o nº 2 do artigo 50º com o nº 2 do artigo 69º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, proponho que seja delegado no júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas para as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Agrupamento Febo Moniz de Almeirim."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, resultou a seguinte votação: três votos contra, dos Senhores Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos;-----

-----E três votos a favor, dos Senhores Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Joana Batista.;-----

-----Perante o facto de ter havido um empate, o Senhor Vice Presidente usou o seu voto de qualidade inerente às funções de Presidente, previsto no número dois do Artigo oitenta e nove da Lei das Competências, para desempatar a favor da sua posição de voto.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte

declaração de voto: "Aprovar a constituição do júri é uma coisa, delegar competências é outra totalmente diferente. Em relação a esta proposta de delegação de competências, voto em consonância com as minhas posições anteriores, nem me passa pela cabeça aceitar que os Vereadores representantes dos Almeirinenses fiquem de fora de todo o processo, limitando-se a votar sem ter qualquer conhecimento deste. Isto seria bom para através das influências do seu gabinete se poder continuar a decidir tudo. Não há confiança nem legitimidade para tentar fugir à acção fiscalizadora que compete aos Vereadores e deixar o poder nas mãos de alguém que nem se sabe quem, mas que por acaso até todos sabemos."-----

-----Quero denunciar este facto como um golpe para continuar a controlar e "escolher" sem critérios objectivos os concorrentes. Nestas circunstancias, obviamente, voto contra e faço voto de vencido."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Sou contra a delegação de competências em matéria de concursos públicos, nos júris de concurso. Considero que os eleitos pelas populações devem ser aqueles que se responsabilizam publicamente pelas decisões e pela gestão dos dinheiros públicos e visto a matéria de concurso ser sempre algo de delicado é necessária maior transparência e daí ser muito importante os dados do mesmo serem acessíveis a todos os membros do Executivo e as decisões a ter sobre a matéria, serem tomadas em reunião Câmara através da votação de todo o Executivo. Mais, desde esta nova formula e desde que nesta Câmara se tem praticado delegação no júri de concurso, ainda não houve um único concurso no qual não tenha havido problemas. O Executivo PS liderado pelo Senhor Presidente Sousa Gomes, se pudesse, retiraria todas as competências aos restantes membros do Executivo, para tudo cozinhareem à sua maneira. Mas esse não é o poder local democrático que o 25 de Abril nos trouxe e que a CDU tanto preza."-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de

voto: "Esta delegação de competências visa apenas acelerar o processo, sendo que terá que vir todo o processo de concurso para ser aprovado. Entendo ainda que algumas das declarações anteriormente feitas colocam em causa a honorabilidade do Júri."-----

-----ERROS E OMISSÕES APRESENTADOS PELOS CONCORRENTES À EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM" E FIXAÇÃO DO NOVO PREÇO BASE PARA O CONCURSO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente como segue: "De acordo com o nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com o artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, proponho a aceitação dos erros e omissões apresentados pelos concorrentes e avalizados tanto pelo projectista como pelo Júri dos Procedimentos, relativamente ao concurso para a empreitada de: Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim.-----

-----Em consequência dos mesmos, proponho ainda que o preço base do concurso passe de um milhão setecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco euros e onze cêntimos, para um milhão setecentos e cinquenta e seis mil novecentos e quarenta e seis euros e vinte e três cêntimos a que corresponde aproximadamente zero virgula sete por cento."-----

-----O processo esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que esta proposta é constituída por duas partes, a primeira é a aprovação de erros e omissões apresentados pelos concorrentes bem como a aceitação pelo Projectista para a empreitada de Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim e a segunda é a fixação do novo preço base para o Concurso do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, como é referido no segundo parágrafo da proposta acima transcrita. As propostas irão ser votadas separadamente. -----

----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que o Código de Contratação Pública, permite nesta fase do projecto, a possibilidade dos concorrentes terem essa benesse e desta forma também vincula o empreiteiro a dizer que no final não há trabalhos a mais. Contudo, pretende saber se foram cumpridos os formalismos do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos. Deixa claro que a Câmara enquanto entidade adjudicante terá que publicar no portal oficial dos concursos públicos, a adjudicação.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha subscreve as palavras do anterior orador e acrescenta que não é legível nos documentos apresentados o nome da empresa que apresentou os erros e omissões. Aparentemente foi só uma empresa, mas nos documentos não é legível o seu nome. O nome foi deliberadamente tapado com um corrector branco, porque será ? -----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou quais as empresas que foram convidadas.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse que foram os cinco aprovados em reunião de Câmara.-----

-----Posta à votação a proposta referente à aprovação de erros e omissões apresentados pelos concorrentes e a aceitação pelo Projectista para a empreitada de Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, a mesma resultou na seguinte votação: três votos contra, dos Senhores Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos;-----

-----E três votos a favor, dos Senhores Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Joana Batista.;-----

-----Perante o facto de ter havido um empate, o Senhor Vice Presidente usou o seu voto de qualidade inerente às funções de Presidente, previsto no número dois do Artigo oitenta e nove da Lei das Competências, para desempatar a favor da sua posição de voto.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto de vencido relativamente à apreciação e aprovação de erros e omissões

apresentados pelos concorrentes e aceites pelo Projectista para a empreitada de "Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim", pelas seguintes razões: Não sei se o prazo previsto na lei para aprovar estes erros e omissões foi cumprido e também não fui esclarecida sobre a matéria pelo Vice Presidente, Pedro Ribeiro que está a dirigir a reunião.-----

-----Segundo, voto ainda contra porque quando consultei o processo pude verificar que tinha sido deliberadamente tapado a corrector a origem de correcção de erros e omissões e a data à qual foi apresentada, situação que mostrei aqui a todos os elementos do Executivo presentes e que estes puderam verificar, no dossier só aparece pedido de correcção de uma única empresa, a tal cujo nome foi tapado a corrector branco e não foi aqui esclarecido pelo Presidente da reunião se outras empresas também tinham apresentado propostas, e se o tendo feito, não detectaram erros e omissões.-----

-----Terceiro, voto contra porque pedi aqui a presença do júri de concurso e isso não foi cumprido sem que seja esclarecido o porquê.-----

-----Quarto, voto finalmente contra, porque mais uma vez, é aqui apresentada uma proposta de alteração do valor base do concurso após o seu lançamento, ora a alínea a) do número sete do artigo 61º do Código Contratos Públicos, impede, quanto a mim, que se possa alterar o valor base depois do concurso lançado. Tenho defendido esta opinião desde a entrada em vigor deste Código, opinião partilhada pela grande maioria das pessoas que conheço e que lidam com concursos públicos e até agora não tive da parte dos serviços jurídicos da Câmara nenhum parecer para demonstrar que não tenho razão. Quero ainda relembrar que este ajuste directo é um concurso.-----

-----Para concluir, diria que lamento que uma obra tão necessária para as crianças das Fazendas de Almeirim, mais uma vez fique enrolada num nevoeiro e na falta de transparência."---

-----O Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" Quero dizer que voto contra e faço voto de vencido

devido em primeiro lugar à falta de transparência e até à ocultação de informação com que fomos presenteados nesta listagem de erros e omissões apresentada pelos concorrentes que desconhecemos, para a empreitada de Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim.-----

-----Em segundo lugar, porque votei sempre contra a construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim no lugar onde foi projectado, porque na minha opinião não tem condições ideais para sediar um Centro Escolar. Acho também que no ajuste directo a pouco mais de dois meses do acto eleitoral, não terá certamente por objectivo o início da sua construção ainda neste mandato. É uma manobra política de propaganda eleitoral que pretende responsabilizar o próximo executivo desta Câmara se esta decisão for tomada este mandato, o que faço votos que não suceda. Recomendo a este Executivo que não assuma compromissos para que outros cumpram."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto vencido, pelos seguintes motivos: Primeiro, por motivos legais e vou citar: O artigo 61º do Código de Contratos Públicos (CCP), permite aos concorrentes apresentar ou identificar erros e omissões no Caderno de Encargos. Segundo o agendamento deste ponto, houve concorrentes que apresentaram ao júri do procedimento um conjunto de erros e omissões os quais levaram à apresentação de novo preço base para o procedimento. Até este ponto nada tenho a objectar, em todo o caso não ficou esclarecido aqui na reunião quais foram as empresas que apresentaram erros e omissões ao caderno de encargos, verificando-se até que aparentemente de uma forma deliberada foi tapado com corrector o nome de uma das empresas que se candidatou ao concurso, pelo que é de estranhar esta atitude, dado que da análise do Caderno de Encargos não vislumbra nenhuma matéria no artigo 66º do CCP. Por outro lado, não foi esclarecido pelo Senhor Vice Presidente se os erros e omissões foram apresentados dentro dos prazos estabelecidos no artigo 61º, caso contrário poderá estar em

causa a anulação do procedimento por não cumprimento de prazos legais.-----

-----Face ao não esclarecimento e clarificação das questões que coloquei, bem como dos meus colegas Vereador Francisco Maurício e Vereadora Manuela Cunha, não me resta outra solução que não votar contra e fazer voto de vencido relativamente à aceitação dos erros e à alteração do preço base do procedimento. -----

-----Do ponto de vista político, para quem diz "Nós Fazemos", parece que fazem, não é certo, ou então fazem muito mas devem ser coisas invisíveis. O lançamento deste procedimento é mais uma bandeira eleitoralista que floresce pelo Concelho de Almeirim, mas os frutos é que não aparecem. Veja-se o exemplo da Rua Guilherme Nunes Godinho em Fazendas de Almeirim, está lá um placard do PS a dizer "Nós Fazemos", eu pergunto o que é que fizeram. Será que fizeram uma rotunda invisível."-----

----O Senhor Vice Presidente referiu: "Aproveito este ponto, tendo por base a confiança nos nossos serviços, sendo que se algo houver de errado, com certeza que o Tribunal de Contas não colocará o seu visto. Gostaria de referir que nas palavras dos Vereadores da oposição não há um único concurso legal, no entanto as instancias superiores nada referem e as obras fazem-se."-----

-----Seguidamente foi posta à votação a proposta de Fixação de um novo preço base para o concurso do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que resultou na seguinte votação: três votos contra, dos Senhores Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos;-----

-----E três votos a favor, dos Senhores Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Joana Batista.;-----

-----Perante o facto de ter havido um empate, o Senhor Vice Presidente usou o seu voto de qualidade inerente às funções de Presidente, previsto no número dois do Artigo oitenta e nove da Lei das Competências, para desempatar a favor da sua posição de voto.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte

declaração de voto: " Voto contra e faço voto de vencido como consequência óbvia da minha declaração de voto no ponto anterior, isto é, não posso sancionar esta alteração de preço base nos pressupostos que considere."-----

-----PLANO DE SEGURANÇA SAÚDE NO TRABALHO DA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente que a seguir se transcreve: "Cumprindo o estipulado no nº 1 do artigo 12º do Decreto-lei nº 273/03, de 29 de Outubro, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde para execução da obra: "Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se leram o documento. E disse: "Este Executivo tem sido muito mal tratado, especialmente os Vereadores da oposição. Ao longo dos dois mandatos nos quais fui eleita como Vereadora, tem-nos sub negado informação. Os membros do PS que se responsabilizam pelas propostas apresentadas têm demonstrado falta de rigor e trabalho difícil de classificar, é preciso ver para crer, mas este PS ultrapassou todos os limites, é um insulto à inteligência de qualquer cidadão que saiba ler."-----

-----Diz a lei que esse plano é feito para aprovar um conjunto de normas para que seja garantida a segurança na obra e nomear os representantes desta Autarquia que devem ser eleitos do Executivo para coordenar essa segurança. Ora, o documento aqui apresentado é completamente vazio relativo a qualquer dado sobre o que deveremos deliberar. Assim, na página vinte, no capítulo relativo à identificação de intervenientes, é referido o dono da obra, autor do projecto, coordenador de segurança e saúde em projecto, entidade executante da obra, direcção técnica da empreitada e na fiscalização da obra não temos o nome daqueles que deveremos eleger e deveremos aprovar. Mas mais, este documento em tudo o que é essencial relativo a esta obra, em concreto, remete para anexos, anexos esses que não foram anexados aos documentos, pelo que ficamos a saber o mesmo. Por

exemplo anexo vinte seis, se quisermos saber, não ficamos a saber, desconhecemos."-----

----- Posta à votação a proposta acima referenciada, a mesma resultou na seguinte votação: três votos contra, dos Senhores Vereadores Francisco Maurício do Rosário, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos;-----

-----E três votos a favor, dos Senhores Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Joana Batista.;-----

-----Perante o facto de ter havido um empate, o Senhor Vice Presidente usou o seu voto de qualidade inerente às funções de Presidente, previsto no número dois do Artigo oitenta e nove da Lei das Competências, para desempatar a favor da sua posição de voto.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Em primeiro lugar quero reconhecer que pertenço ao conjunto de vereadores que não leu o documento, mas no meu caso o simples facto de votar contra e fazer voto de vencido em todas as iniciativas que contribuam para a famigerada requalificação da Praça Lourenço de Carvalho é um atentado para a minha cidade e contribui decisivamente para a desertificação desta zona, prejudicando gravemente todo o comércio e todos os serviços instalados na própria Praça e na periferia. Este voto é extensivo a todas as iniciativas relacionadas com a requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, tal como o próximo ponto da Ordem de Trabalhos."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "voto contra e faço voto vencido e faço da minha declaração anterior, declaração de voto."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Relativamente à aprovação do Plano de Segurança Saúde para a empreitada de Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho e a nomeação do fiscal para a mesma obra, voto contra e faço voto de vencido pelas seguinte razões: Não tive oportunidade de analisar o documento dado que não foi disponibilizada uma cópia do mesmo a nenhum dos vereadores, pelo

que a análise do documento teria que ocorrer in loco, pelo que não me foi possível analisá-lo, por razões profissionais. Em todo o caso os motivos invocados pela Vereadora Manuela Cunha levam-me a votar contra relativamente a esta matéria".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu: "mesmo discordando da obra, tenho de notar como positivo a nomeação por votação neste Executivo de fiscal de obra, coisa nova e rara a que por certo não é alheio os acidentes ocorridos nalgumas obras do Município, em anteriores mandatos e a inspecção decorrida há poucos dias. Lamento no entanto, ficar a desconhecer o coordenador de segurança em obra."-----

-----FISCAL PARA A EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO" - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente como segue: "Cumprindo o estipulado no artigo 302º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, proponho a nomeação da Srª Engª Maria de Fátima Neves Lopes, como fiscal da empreitada: REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO."-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, a mesma foi aprovada por maioria com os votos a favor dos Senhores Vice Presidente, Vereadores José Carlos da Silva e Joana Vidinha, dois votos contra, dos Senhores Vereadores Francisco Maurício do Rosário e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Foi novamente presente para apreciação e deliberação de relatório final do processo disciplinar implantado à trabalhadora Célia Cristina Lopes dos Santos.-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que leu todo o processo e gostaria de ter uma caracterização da personalidade da pessoa.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha subscreveu a intenção do seu anterior orador e sugeriu que os serviços sociais da

autarquia se desloquem ao domicílio da pessoa a fim de tentar fazer uma descrição desta.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que gostava de receber cópia do protocolo que foi assinado pelo Ministério da Educação relativamente à transferência de funcionários.-----

-----O assunto foi analisado e passa para discussão para a próxima reunião.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todo o Executivo foi posta a aprovação a acta de vinte e nove de Junho do corrente ano. A mesma foi aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha que não participou na reunião.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e cinquenta minutos o Senhor Vice Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

-----Vice Presidente da Câmara, A Assistente Administrativa